

## S.O.B.<sup>1</sup> QUASE 130 ANOS QUE NÃO ENTRARAM NA ESCOLA

### ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO TEMPO PRESENTE

Fernanda Lucas Santiago<sup>2</sup>

**Resumo:** Em maio de 2018 a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio (SOB) irá completar 130 anos de fundação, mas ainda sua História não foi incluída nos currículos escolares de Curitiba. Poucas escolas e professores trabalham com o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira. Menos ainda são os que tentam trabalhar essa temática dentro do contexto local, situando a presença negra nos acontecimentos históricos. Geralmente essa temática é trabalhada com exemplos distantes da realidade dos alunos. Nesse sentido a História da SOB serve para desconstruir a visão única da História mítica de fundação europeia de Curitiba. Quantos curitibanos passaram pela escola sem nunca ter ouvido falar da História da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio de Curitiba? Essa perspectiva mítica gera diversos problemas como a falta de conhecimento sobre a História e Cultura negra, preconceito racial, baixo autoestima dos alunos negros que muitas vezes não se reconhecem como tal. O estudo de clubes sociais negros tem demonstrado grande riqueza em termos de protagonismo, os pesquisadores têm buscado trazer à tona a história do escravizado a partir de suas ações, assim como a do liberto e seus descendentes. Mas, ainda carecemos de pesquisadores dotados de preocupação pedagógica com a difusão de suas pesquisas. É necessário a produção de materiais didáticos com linguagem acessível para crianças e adolescentes. Em quase 130 anos de História da SOB, diversas gerações de sócios/as se sucederam, muitas transformações aconteceram no perfil dos/as sócios/as, suas expectativas, seus projetos etc. Todos esses aspectos devem ser levados em conta no estudo da História do tempo presente de Curitiba, a perspectiva da população negra sobre suas experiências devem ser incluídos em todos os níveis do ensino.

**Palavras-chave:** Clube Social Negro. Ensino de História. Cultura afro-brasileira. Curitiba.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende dar ênfase a importância de efetivar o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira em todos os graus de Ensino, do Fundamental ao Superior. Por décadas o movimento negro milita por política de ações afirmativas, e a lei 10.639/03 sinaliza uma conquista, pois os/as professores/as e educadores/as não podem mais considerar essa temática como facultativa, a lei tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e

<sup>1</sup> A sigla S.O.B. é a abreviatura do nome da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, fundada na cidade de Curitiba-PR no dia 06 de junho de 1888.

<sup>2</sup> Mestranda em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora associada ao NEAB-UDESC. E-mail: flucasantiago@gmail.com

Afro-brasileira por seu conteúdo ser considerado essencial a formação de crianças e adolescentes em todo território nacional. Muitos/as professores/as permanecem descomprometidos e outros têm inserido a temática nas práticas cotidianas. Neste artigo pretendo apresentar alguns autores que desenvolvem pesquisas na área das relações étnico raciais de maneira coerente trazendo questionamentos, contribuições e sugestões de como trabalhar em sala de aula com a riqueza da Cultura e História afro-brasileira. Pretendo situar a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio como uma possibilidade de acessar a História da população negra em Curitiba.

Por décadas o Ensino de História das populações africanas e no Brasil e na Diáspora foram invisibilizadas, ou subtraídas de seu protagonismo. Abordarei especificamente a invisibilidade na região Sul do Brasil. É comum encontrar livros que abordem a experiência de vida de diversas etnias de imigrantes, que ajudaram a colonizar os territórios do Sul, especialmente de imigrantes europeus. Sobre o pós-abolição em Curitiba é possível encontrar livros sobre a história de imigrantes, ou uma história que parte da perspectiva da elite política, econômica ou intelectual que aborda os feitos dos ervateiros, da política urbanista de higienização da cidade na virada do século XIX para o XX. O silêncio que há em relação à experiência e história da população indígena e negra, ajudaram a criar o mito do Sul branco.

Poucas escolas e professores/ras trabalham com o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira em sala de aula. Menos ainda são os que tentam trabalhar essa temática dentro do contexto local, citando grupos, indivíduos, festividades e a presença negra nos acontecimentos históricos locais. Geralmente essa temática é trabalhada com exemplos distantes da realidade dos alunos, os livros didáticos geralmente pontuam exemplos do eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia.

### **COMPROMETIMENTO E RESPONSABILIDADES:**

Como pensar a História do Brasil no tempo presente sem pensar na História e Cultura Afro-brasileira? Essa é uma questão que indica que tenho dupla responsabilidade: como professora de História e historiadora negra curitibana. As vésperas do aniversário de 15 anos da Lei 10.639/03 não é mais concebível ignorar como que são pensados os planejamentos de aula, o currículo escolar, o livro didático. Quais fontes são escolhidas? Quais abordagens? Nesse sentido quero retomar a idéia de responsabilidade trazida por Edgardo Lander ao

criticar o tipo de conhecimento produzido nas Universidades latino-americanas “Para qué y para quién es el conocimiento que creamos y reproducimos? Qué valores y qué posibilidades de futuro son alimentados? Qué valores y posibilidades de futuro son socayados?”<sup>3</sup> (LANDER, 2015, p.41)

Não se trata apenas de dizer que as populações negras em diáspora têm uma História, mas, de questionar como essa História é trabalhada em sala de aula. Ao analisar livros de literatura infanto-juvenil a pesquisadora Heloísa Pires Lima constatou:

O problema não está em contar histórias de escravos, mas na abordagem do tema. Geralmente, a queixa de crianças negras se sentirem constrangidas frente ao espelho de uma degradação histórica nos alerta que o mesmo mecanismo ensina para a não negra uma superioridade (LIMA, 2005, p.103-104).

Muitos/as brasileiros/as passaram pela escola sem nunca ter a oportunidade de assistir uma aula de História com uma abordagem onde o negro é protagonista. Alguns desses brasileiros/as escolheram tornar-se professores/as e deparam-se com a Lei 10.639/03, e pela primeira vez, são obrigados a admitir que nada sabem ou pouco sabem sobre essas temáticas. Parte desses/as professores/as continuam ignorando essa realidade, outros tratam-na com superficialidade, propondo atividades pontuais no mês da consciência negra. Mas, ainda dentro daquela parcela de professores/as que admitem que pouco sabem, existe os que buscam transpor essa barreira, e aliam a sua prática educacional a pesquisas comprometidas em descolonizar a abordagem da História na qual foram formados e rompem com o ciclo de reproduzir o discurso eurocêntrico. É função do educador e da escola adequar os conteúdos do currículo a realidade dos alunos.

A maioria das pessoas quando estudavam numa escola ou universidade pelo menos um dia se perguntou e se angustiou com a questão parecida: *para que eu estou aprendendo isso?* Essa pergunta nasce da inquietação de sentir que sua própria identidade não está no centro da educação, nem da elaboração do conhecimento. Ora, quais são os objetos de estudo da educação afinal, se não estes? A Pedagogia Griô abre a roda e traz a identidade e a ancestralidade para o seu centro. (PACHECO, 2015, p.87)

---

<sup>3</sup> Para quem é o conhecimento que criamos e produzimos? Que valores e que possibilidades de futuro são alimentados? Que valores e possibilidades de futuro são socayados? Tradução da autora.

Se os cursos universitários de licenciatura não formam professores/as comprometidos/as em abordar as questões raciais sobre uma perspectiva de valorização da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira. Se não foi proporcionado ao professor a oportunidade de aprender a ensinar, dificilmente esse ciclo se romperá. São poucos professores/as que se permitem repensar sua própria formação e passem a pesquisar e inserir em suas práticas novos conteúdos e abordagens.

O/A professor/a que deixa de seguir a determinação da Lei 10.639/03 está faltando com ética profissional, além de estar perpetrando o crime de racismo institucional. Silenciar as questões étnico-raciais, num país onde há disparidades sócio-econômicas gritantes entre brancos e não brancos (negros e indígenas) é reforçar o mito da democracia racial, é naturalizar a falsa idéia de que as 3 raças formadoras do povo brasileiro estão em pé de igualdade e em convivência harmônica. Todo sujeito que escolhe ser omissos ao racismo está ajudando que o mesmo se espalhe e fortaleça. Os/as professores/as tem a obrigação de denunciar o racismo institucional, o racismo velado nos livros didáticos, nas relações professor/a aluno/a, entre alunos/as e entre funcionários/as.

Ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a idéia de que não é competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. Demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira”(GOMES, 2005, p 146).

Faz-se urgente pensar meios de tornar esse direito à educação das relações étnico-raciais de maneira efetiva, principalmente por estarmos assistindo o crescimento de organizações que defendem ideologias perigosas, como a Escola sem partido, que tem atraído muitos adeptos, seduzidos pela idéia de neutralidade e pela comodidade de não incluir o tema diversidades, oferecendo em sala de aula uma única versão da História, a História hegemônica do colonizador. Buscar a História vista de baixo, considerar a perspectiva de grupos marginalizados é considerado difícil, pois força os/as professores/as a saírem de sua zona de conforto e se posicionarem. Há mais de 20 anos Freire (1996) já havia explicitado que a educação não é neutra, é um ato humano e como toda ação é política.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? (...) Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. (FREIRE, 1996, p.30-31)

No trecho acima, Paulo Freire estava fazendo uma crítica á impossibilidade de ignorar a discussão política em sala de aula, e ironicamente, décadas após essa afirmação está em atividade uma organização que se intitula Escola sem partido. É em nome dessa falsa neutralidade que diversas temáticas são excluídas dos currículos escolares e da própria historiografia.

O Paraná é o Estado do Sul com a maior população negra: 25,1% (dados do IBGE 2010), além disso, 19,7% da população de Curitiba se auto-declara negra (dados do IBGE 2010). No entanto, ainda o pós-abolição em Curitiba a partir da perspectiva do liberto é uma área pouco explorada por historiadores/ras. Isso deve-se em parte, a forma pela qual a historiografia trabalhava a temática da escravidão no período anterior a década de 1970, sendo algo estático, em que o sujeito escravizado não era considerado agente ativo da sua própria história. Somente a partir de 1970 os historiadores revisitaram os conceitos de escravos e cativos, e optaram pelo termo escravizado, pois esse termo expressa a ideia de que os sujeitos nasceram livres e foram forçados a viver em condição de escravizados, e por se tratar de condição tão desumana, os sujeitos tentaram reverter essa condição, o que traz uma perspectiva da experiência de ação dessa categoria social e racial.

Para dar cumprimento a Lei 10.639, faz-se essenciais produções historiográficas que abordem Curitiba e outras cidades, sobretudo sulistas, sob a perspectiva dos libertos e seus descendentes. O estudo dos Clubes Sociais Negros são exemplos de pesquisa que permitem abordar os afrodescendentes como protagonistas de sua própria história. Acredito que a História da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio é uma referência para a cultura e identidade negra em Curitiba, que pode servir de objeto de estudo tanto para pesquisadores/ras interessadas na temática como para professores/ras que percebem a necessidade de trabalhar a História e Cultura afrobrasileira a partir da ótica da valorização identitária.

## **CLUBES SOCIAIS NEGROS UMA POSSIBILIDADE:**

A formação de Clubes Sociais Negros é um fenômeno de projeção nacional, que teve início nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Embora seja um fenômeno com mais de 100 anos, somente em 2006 ganhou visibilidade enquanto objeto de estudo, a partir do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria (RS), com o objetivo de impulsionar pesquisas e promover a preservação dos espaços de cultura negra. Utilizarei o conceito de Clube Social Negro, que formulou a seguinte definição:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (ESCOBAR, 2011, p.61).

Esse conceito abarca as principais atividades desenvolvidas nas mais diversas Sociedades, sendo possível comparar pesquisas que tratam de Clubes Sociais Negros, e apontar divergências e pontos de aproximação entre as estratégias de identidade adotadas. Tanto a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio (S.O.B.), como outras Sociedades negras do Sul do Brasil, partilham a especificidade de terem sido fundadas numa região de grande valorização das populações de imigrantes europeus em detrimento do silenciamento da cultura afro. Se os quase 130 anos de história da Sociedade estão sendo invisibilizados parte significativa da História de Curitiba está esquecida, abandonada. Esse desconhecimento se reflete na escola no ensino de História. Essa perspectiva desconectada do contexto local, gera outros problemas como a falta de reconhecer a existência e a História da população negra no sul, preconceito racial, baixo auto-estima dos alunos/as negros/as que muitas vezes não se reconhecem como tal. Muitas crianças não se reconhecem como negras, porque a escola não trabalha a história e a cultura negra numa perspectiva de valorização.

Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram o negro brasileiro e o povo africano como agente ativo da formação geográfica e histórica. Em segundo, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades afro-descendentes e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, nem dar

referência à sua verdadeira territorialidade e sua história (ANJOS, 1989, p.173-174)

O estudo de Clubes Sociais Negros tem demonstrado bastante riqueza em termos de protagonismo, os/as pesquisadores/ras tem buscado trazer à tona a história do escravizado, do/a liberto/a e seus/suas descendentes a partir de suas experiências de vida, entre o final do século XIX e o século XX. Ou seja, o estudo de clubes sociais negros permite acessar as estratégias de sobrevivência do negro no período da escravidão e no pós-abolição, suas expectativas, dificuldades e superações. Os acervos dos clubes sociais negros possuem documentos a partir dos quais podem ser produzidos materiais didáticos, com linguagem acessível para crianças e adolescentes, afim de contribuir para a valorização da população afrodescendente. É necessário que o conhecimento produzido na academia vá além de suas paredes.

Apresento a S.O.B. no presente artigo, apenas como uma possibilidade de acessar a História do negro em Curitiba através de seu próprio protagonismo, existem outros meios, outras fontes que devem ser consideradas, os sócios da S.O.B. são apenas uma parcela da população negra de Curitiba, muitos outros/as não eram associados e devem ser lembrados e pesquisados por meio de outras fontes. De acordo com Lucindo (2014, p.61) os frequentadores de sociedades beneficentes e jornais de imprensa negra eram uma minoria das populações afrodescendentes, inseridas no mundo das elites brancas dirigentes e compartilhando seu valor positivista e também evolucionista das civilizações.” Mesmo que o estudos de Clubes Sociais Negros não atinjam a totalidade dessa população afrodescendente, ela permite o acesso a uma parcela significativa.

Segundo Escobar (2010) a S.O.B. é o segundo Clube Social Negro fundado no Brasil ainda em funcionamento, sendo o primeiro o Clube Floresta Aurora fundado em 1872 em Santa Maria (RS). A fundação da Sociedade 13 de Maio ocorreu no dia 06 de Junho de 1888, apenas alguns dias depois da abolição. Os sócios fundadores eram homens recém libertos que formaram uma Sociedade de ajuda mútua, buscando fortalecerem-se politicamente nos primeiros dias e anos de incertezas sobre a liberdade. Através do 1º livro ata das reuniões, é possível acessar as expectativas do grupo, propostas de melhorias, dificuldades e superações.

Mesmo não compreendendo que existia a luta e a identidade racial, essas associações podem ser consideradas como o início do Movimento Negro. As

irmandades e as sociedades beneficentes fundadas entre o final do século XIX e a década de 1930 não se organizavam a partir da noção de raça. Local de origem, tom de pele, ascendência, posição social foram usadas para demarcar seus/suas freqüentadores/as (LUCINDO, 2014, p.60).

Nos primeiros anos após abolição, os sócios da Sociedade 13 de Maio encontraram muitas dificuldades, sobretudo de ordem financeira. Em algumas sessões o assunto discutido era a inadimplência dos sócios, o desemprego, salários baixos, etc. O atraso nas mensalidades colocava em cheque a continuidade das ações de beneficência como: o funcionamento da escola noturna, o auxílio aos sócios doentes, o auxílio financeiro as famílias dos sócios falecidos, o funcionamento do botequim e a organização das festas em comemoração as datas da Lei Áurea (13 de Maio) e a Lei do Ventre Livre (28 de Setembro).

A partir da década de 1940 a S.O.B. conquistou uma maior autonomia em termos de organização, devido uma maior estabilidade econômica dos sócios e consequentemente do caixa social. A conquista da sede própria, a formação de um grupo mais coeso, através da sucessão de diretores com maior comprometimento com a sociedade, a continuidade das ações de beneficência e opções de lazer.

Ter uma situação financeira mais estável possibilitou à diretoria ampliar o auxílio financeiro aos/as sócios/sócias mais necessitados/as. Na primeira sessão de 1948 a diretoria da S.O.B. decidiu conceder o título de sócia remida a Dona Januaria Maria da Conceição, além de pagar a ela uma pensão vitalícia no valor de Cr\$ 30 (trinta cruzeiros) mensais em vista de sua idade avançada que a impossibilitava de trabalhar. (LIVRO DA ATA, 1948)

Na sua origem, os Clubes Sociais Negros faziam aquilo que o Estado brasileiro deixava de fazer. Sendo assim, cumpriam o papel que hoje, por exemplo, cabe à Previdência Social, que é de levar renda quando os trabalhadores estiverem incapazes para o trabalho pela velhice, pela doença, e, em caso de morte, assistir os dependentes. Ao mesmo tempo esta elite negra”, em sua maioria representa a primeira geração familiar a experimentar esse grau de mobilidade social, circulando entre pessoas de nível social mais elevado, convivendo em uma escala de vivências, nem sempre confortáveis, decorrentes do racismo, e da precariedade de laços no interior dos novos ambientes, sofrendo resistências nem sempre sutis, defendidas solitariamente, sob diversas estratégias (ESCOBAR, 2010, p.59).

Os registros dos Clubes Sociais Negros são ricos em termos de conteúdos, o que oferece uma ampla gama de possibilidades de temas a serem trabalhados em sala de aula por professores/as. Os temas são tão diversos quanto o tipo de fonte que pode ser encontrada nos

arquivos dos Clubes Sociais Negros: jornais da imprensa negra produzida nos clubes, jornais da imprensa local, fotografias, livros ata de reunião, ficha de inscrição de sócios. Esses registros podem ser utilizados para explicitar as estratégias dos sócios dos Clubes Sociais Negros e contrapor ao discurso oficial sobre a abolição.

O professor pode trabalhar com os alunos o processo de mudança de significados da comemoração da abolição e o processo da construção da identidade racial, contextualizando as ações dos associados a Clubes Sociais Negros com outras instituições de beneficência ou do movimento operário e lideranças do movimento negro. As ações e expectativas dos sócios de clubes sociais negros devem ser entendidas dentro do contexto que estavam inseridas, ou seja, nos significados para seus membros. O/A professor/a podem trabalhar as diversas estratégias que os associados da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio de Curitiba tiveram que desenvolver para manter sua longevidade de quase 130 anos.

Em seguida o Snr. Prezidente comunicou aos presente que o governo do Estado estava organizando em todos os setores da Capital diversas Creches para o internamento de filhos de socios das Sociedades Operarias sendo que neste setor foi organizada uma Creche na Sociedade Protetora dos Operarios Alto São Francisco, q que esta Sociedade Operaria 13 de Maio esta encarregada para colaborar com aquela Sociedade no sentido de fazer ver aos socios desta Sociedade que quizerem gozar deste beneficio. (LIVRO DA ATA, 1949, p. 61)

Desde sua fundação a S.O.B. trocava convites e mantinha contatos com a diretoria de outras Sociedades de Curitiba e posteriormente estendeu sua rede de contato a outras cidades e estados. Na Sessão Magna de 1949, a diretoria da S.O.B. convidou para presidir a sessão o Sr. João Cabral Alves, presidente nacional e fundador da União dos Homens de Cor do Brasil. Essa Sociedade foi criada em 1943 em Porto Alegre RS. Durante a década de 1940 a S.O.B. conseguiu manter contato com mais de 15 Sociedades com as quais trocava convites para festas, organizavam campanhas em prol de causas comuns, visando a melhoria nas condições de vida e a seus associados, por vezes as chamadas Sociedades co-irmãs, conseguiam promover ações em beneficio da população curitibana em geral, como foi o caso da campanha para a construção da Santa Casa Cruz Vermelha.

Em seguida, foi lido uns officios da Cruz Vermelha desta Capital solicitando um donativos para a construção do Hospital e Escola de Enfermeiros da referida casa de saúde, posto em apreciação e discussão, ficou resolvido que esta Sociedade, contribuiria de accordo com suas posses, sendo determinado que o baile de Domingo, dia 24 do corrente, será em beneficios da Cruz



Vermelha desta Capital, devendo o Snr. Secretario apresentar o requerimento para a realização deste baile as autoridades dar sciencia as mesmas, para obter a insenção das despesas, de conformidade com a praça existentes.” (LIVRO DA ATA, 1944, p.61)

A S.O.B. também mantinha relações com outros Clubes Sociais Negros. No ano de 1941, o Clube Recreativo 13 de Maio de Ponta Grossa convidou os diretores da S.O.B. para a sessão de posse da nova diretoria e inauguração do quadro do Exmo. Sr. Getulio Vargas.

Club Recreativo de Ponta Grossa, communicando a eleição da sua nova directoria, e ao mesmo tempo convida a esta Sociedade para se fazer representar no proximo dia 13 de Maio as 21 horas por ocasião da posse de directoria, e a inauguração do retrato da sua Ex. Snr. Getulio Vargas. Posto em discuzão e aprovação esta parte, ficou resolvido que em vista da impossibilidade de ir um director aquella cidade, por quanto sendo também o dia da posse da nova directoria desta Sociedade, que se passava um telegramma aquella entidade, agradecendo o convite; e ao mesmo tempo felicitando os novos directores. (LIVRO DA ATA, 1941, p.17).

Como as duas Sociedades realizavam a posse da nova diretoria no mesmo dia em que se comemorava a abolição, os diretores da S.O.B. não puderam comparecer a tal solenidade. Mesmo assim, é interessante observar que os sócios e a diretoria de Clubes Sociais Negros prestavam homenagens ao presidente do Brasil, durante o período da ditadura do Estado Novo, mesmo com a repressão aos movimentos sociais e sob a Lei de Segurança Nacional que entre suas atribuições tinha a finalidade de limitar as ações dos sindicatos e criminalizar suas ações.

Fala o Snr. Manoel de Paula e Souza Presidente do Conselho Fiscal, que propõe para que sejam suspensos os bailes de carater publicos, que esta Sociedade vem promovendo, em virtude dos grandes estragos e prejuizos cauzados por parte de alguns militares, federal e estadual. Posta em discussão e aprovada esta proposta, ficou deliberado que o assunto ficaria para ser resolvido por uma Assembleia logo assim que esta Directoria entrasse em um entendimento com as autoridades da Região do Estado afim de expor as mesmas os acontecimentos e as situação da Sociedade.(LIVRO DA ATA, 1945, p. 79)

Alguns Clubes Operários foram investigados e perseguidos sob a suspeita de conspiração política, assim como Clubes Sociais Negros, cito o caso da Frente Negra. O trecho acima faz referencia a uma intervenção violenta de militares na S.O.B., sem aprofundar as motivações para tal abuso. Esse trecho e o seguinte podem ser trabalhados em sala de aula para problematizar a repressão a movimentos sociais no período da ditadura Vargas, e questionar com a turma o que poderia ser considerado ameaçador no regime militar.

Foi tratado do caso da vistoria Policial feita no Predio desta sociedade, a qual condenou á sociedade não mais promover discussões sociaes, de preferencia, bailes carnavalescos, em vista da fraca segurança do soalho do salão de danças e outras questões mais, o que não foram respondidos satisfatoriamente. (LIVRO DA ATA, 1943, p.47-48)

Outro aspecto que merece ser trabalhado em sala de aula são as primeiras organizações de mulheres. Em 1945 as sócias do Grêmio Flor de Maio conseguiram negociar com a diretoria da S.O.B. o direito a 55% do lucro das festas organizadas por elas. O Grêmio Operário Princesa Izabel outra agremiação composta somente por mulheres, também solicitou realizar bailes na S.O.B. e a diretoria aceitou sob a condição do caixa e portaria ficarem sob a responsabilidade da diretoria da Sociedade que justificou a exigência, explicando que o Grêmio não tinha estatuto próprio registrado, não tinha isenção estadual e municipal e as licenças para baile teriam que ser retiradas em nome da S.O.B.

O snr. Presidente, encaminha a meza um officio da Presidente do Gremio Princesa Izabel, D.<sup>a</sup> Adelaide de Paula Roza, no qual a mesma pede que seja cedido os salões desta Sociedade para uma matine dansante, no segundo Domingo do mez, bem assim os fundos da Sociedade para promover uma churrascada, com direito a exploração do botequim, devendo a Directoria desta Sociedade estipularem o preço do aluguel, posto em discussão a petição da Presidente do Gremio Princesa Izabel, o conselho Pleno em sua maioria estipulou o preço de 500,00 de aluguel, para a matine e a churrascada com direito explorar o botequim, devendo o snr. Secretario, fazer a devida communicação a Snr.<sup>a</sup> Presidente do referido Gremio.“ (LIVRO DA ATA, 1949, p.61)

Por décadas as sócias não possuíam representatividade nas reuniões, não compunham as diretorias, não conseguiam propor ações. A formação de grêmios de mulheres negras permitiu-lhes encaminhar suas próprias demandas.

Esses temas podem ajudar alunos/as negros/as positivarem a sua auto-imagem, a fortalecer seus laços identitários. A todos/as oferece a oportunidade de ampliar o conhecimento sobre a nossa História, reconhecendo os sujeitos afro-descendentes como parte constituinte e atuante. Meu intuito é trazer a reflexão de que conhecemos pouco a nossa própria História e que é necessário reverter esse quadro incluindo efetivamente o protagonismo negro no Ensino da História.

## REFERÊNCIAS

Livro Acta de fundação installação do Clube 13 de Maio e outras actas até 22 de Março de 1896.

Livro da Ata Soc. Op. Benf. 13 de Maio 1934-1972”.

ANJOS, Rafael S. A.. A Geografia, A África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.173-184.

DA SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.21-38.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial**. Santa Maria, 2010. pp.221. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura) 31ª edição.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.143-154

LANDER, Edgardo. Conocimiento para que? Conocimiento para quién? Reflexiones sobre La Universidad y La geopolítica delos saberes hegemónicos. In: PALERMO: Zulma (org.). **Des/Colonizar la Universidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Del Signo, 2015, p.41-67.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.101-116.

LUCINDO, Willian Robson Soares. Histórico do Movimento Negro no Brasil, luta e resistência da militância às Políticas de Ação Afirmativa, a declaração de Durban até a Lei 10.639/03: a dívida social do Brasil com a população negra após o 13 de maio. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro (orgs.). **Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014, p.60-75.

MOURA, Glória. O direito a defesa. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.69-82.

PACHECO, LÍlian. A Pedagogia Griô educação, tradição oral e política da diversidade. São Paulo: **Revista Diversitas**. n. 3, ano. 2, p.20-99. set. 2014/mar 2015.